

Amagis

NA IMPRENSA

JUNHO DE 2010

MIGALHAS (SITE) • 4 DE MAIO DE 2010 / JUSBRASIL • 30 DE ABRIL DE 2010

Terça-feira, 4 de maio de 2010



Aposentadoria integral

Irredutibilidade de aposentadoria, proposta pela Amagis, tramita no Senado



Eduardo Suplicy.

A CCJ do Senado colocou em pauta, na última quarta-feira, 28/4, a PEC 46/08 ([clique aqui](#)), que resgata a possibilidade de juízes, membros do MP e da defensoria pública receberem aposentadoria integral. A CCJ, porém, não analisou a proposta em função de pedido de vista feito pelo senador

A PEC tem como autor o senador Eduardo Azeredo, PSDB/MG, e foi concebida por diversas associações estaduais, encabeçadas pela Amagis, na época presidida pelo desembargador Nelson Missias de Moraes, então juiz, que teve a fundamental colaboração do constitucionalista mineiro, desembargador Kildare Gonçalves. Participaram da concepção da proposta associações de magistrados dos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Irredutibilidade de aposentadoria, proposta pela Amagis, tramita no Senado

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 30 de Abril de 2010

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado colocou em pauta, na última quarta-feira, 28, a proposta de emenda à Constituição (PEC 46/08), que resgata a possibilidade de juízes, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública receberem aposentadoria integral. A CCJ, porém, não analisou a proposta em função de pedido de vista feito pelo senador Eduardo Suplicy.

Adiada votação sobre aposentadoria de juizes no Se...

Senador atende OAB e inclui advocacia pública na a...

Pedido da OAB é atendido e advocacia pública é incli...

» ver as 14 relacionadas

A PEC tem como autor o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e foi concebida por diversas associações estaduais, encabeçadas pela Amagis, na época presidida pelo desembargador Nelson Missias de Moraes, então juiz, que teve a fundamental colaboração do constitucionalista mineiro, desembargador Kildare Gonçalves. Participaram da concepção da proposta associações de magistrados dos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Segundo Eduardo Azeredo, a mudança é uma questão de justiça. Essa proposta foi apresentada por uma demanda que me foi levada pela Amagis, com fortes argumentos. Esperamos retomar o preceito da irredutibilidade. Esse é o momento para corrigir alguns excessos cometidos na ocasião da reforma previdenciária, afirmou.

O PEC já recebeu parecer favorável do relator, senador Marconi Perillo (PSDB-GO). A matéria volta à pauta da comissão na próxima quarta-feira. Ainda de acordo com Azeredo, é o momento da batalha pela aprovação. Após passar pela CCJ, a matéria segue para pl...

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, disse que não se pode perder de vista a luta em classe, sobretudo a reconquista de direitos que foram subtraídos. Tenho um compromisso firme com a minha classe, tenho atuado junto às outras associações, assim como fez o meu antecessor, Nelson Missias, para que possamos resgatar a integralidade dos nossos subsídios, dos proventos dos aposentados e das pensionistas. Hoje, subtraem direitos das nossas pensionistas e aposentadas e, amanhã, subtraem de toda a magistratura. São precedentes graves que não podemos permitir", afirmou.

Para o desembargador Nelson Missias, a Justiça brasileira não pode ter suas prerrogativas e prerrogativas de magistrados independentes e que sejam amparados pelas prerrogativas de irredutibilidade de vencimentos, inamovibilidade e vitaliciedade. Obviamente, a aprovação dessa PEC faz com que não seja atingido o princípio da irredutibilidade", disse.

O magistrado afirma que a luta, encampada pela Amagis e outras associações, foi árdua, por isso, a Associação dos Magistrados Brasileiros não quis participar desse movimento. Espero que, de agora em diante, possa fazê-lo. O mais importante disso tudo é que o atual presidente da Amagis, o juiz Bruno Terra, tem essa mesma visão e tem atuado diuturnamente no sentido de fazer com que essa proposta seja aprovada.

Segundo Eduardo Azeredo, a mudança é uma questão de justiça. Essa proposta foi apresentada por uma demanda que me foi levada pela Amagis, com fortes argumentos. Esperamos retomar o preceito da irredutibilidade. Esse é o momento para corrigir alguns excessos cometidos na ocasião da reforma previdenciária, afirmou.

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, disse que não se pode perder de vista a luta em defesa da classe, sobretudo a reconquista de direitos que foram subtraídos. "Tenho um compromisso firme com a minha classe, tenho atuado junto às outras associações, assim como fez o meu antecessor, Nelson Missias, para que possamos resgatar a integralidade dos nossos subsídios, dos proventos dos aposentados e das pensionistas. Hoje, subtraem direitos das nossas pensionistas e aposentados e, amanhã, subtraem de toda a magistratura. São precedentes graves que não podemos permitir", afirmou.

Para o desembargador Nelson Missias, a Justiça brasileira não pode ter suas prerrogativas e prerrogativas de magistrados independentes e que sejam amparados pelas prerrogativas de irredutibilidade de vencimentos, inamovibilidade e vitaliciedade. Obviamente, a aprovação dessa PEC faz com que não seja atingido o princípio da irredutibilidade", disse.

O magistrado afirma que a luta, encampada pela Amagis e outras associações, foi árdua, por isso, a Associação dos Magistrados Brasileiros não quis participar desse movimento. Espero que, de agora em diante, possa fazê-lo. O mais importante disso tudo é que o atual presidente da Amagis, o juiz Bruno Terra, tem essa mesma visão e tem atuado diuturnamente no sentido de fazer com que essa proposta seja aprovada".

LEGISLAÇÃO / TRIBUTOS

legislacao@diariodocomercio.com.br

Belo Horizonte, terça-feira 18 de maio de 2010 28

AMAGIS

Atuação do Judiciário criticada

Magistrados acusam tribunais superiores de excessiva "usurpação" de competência

BRUNO PORTO

Os juristas mineiros atacaram o atual modelo de atuação do Judiciário brasileiro e criticaram a excessiva "usurpação" de competência entre os três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A avaliação é de que a ideia de Montesquieu que inspirou a Constituição, de que os poderes devem ser harmoniosos e inde-

...sões que caberiam ao Poder Legislativo. Como pode o que foi votado por 513 deputados eleitos pela sociedade ter sua validade julgada por um colegiado de ministros?", questionou.

...parte do universo parlamentar, como processos de infidelidade partidária, não deveriam ser julgados pela Suprema Corte, como neste caso, para o ex-vice

...llor de Melo) a decisão veio do "anado", lembrou.

As súmulas vinculantes foram outro exemplo de usurpação de competência do Legislativo pelo Judiciário. Súmulas vinculantes são as jurisprudências que, votadas pelo Supremo, passam a ter força de lei, seguindo a orientação majoritária da Corte, após publicação na imprensa oficial. A interpretação do Supremo passa a valer para todos os tribunais, porém não vincula o Legislativo, que continua atuando à revelia das súmulas.

Para Atheniense, o fenômeno se repete e ganha dimensões maiores, tornando-se também mais perceptível e prejudicial, na influência do Poder Executivo sobre o Judiciário. "Atualmente, dos 11 ministros do Supremo, nove foram indicação do presidente da República. Nos tribunais estaduais a história é semelhante, com indicação dos governadores", afirmou. Ele ainda acrescentou que "com isso, a independência dos poderes já não existe mais porque foi formalizado um vínculo entre Executivo e Judiciário", observou.

No interior dos estados a situação é ainda mais grave, na avaliação de Atheniense. "Neste caso, não existem três poderes, já que o Judiciário não possui um órgão municipal. O que ocorre então é a concentração de poder na Justiça estadual e federal", disse.

Os magistrados do Estado, representados pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), defendem uma ampla reforma no Judiciário nacional, especialmente uma divisão mais clara das competências do Legislativo e do Judiciário, como forma de colocar fim à concentração de poderes nos tribunais superiores. Além disso, a avaliação é de que a necessidade de um novo Estatuto da Magistratura é uma demanda urgente para democratizar os procedimentos jurídicos.

...s 11 ministros do Supremo, nove foram indicação do presidente da República. Nos tribunais estaduais a história é semelhante, com indicação dos governadores"

...são da competência deles. "O modelo do Judiciário coloca nas mãos do STJ e do Supremo deci-

...ente da Ordem do Advogado Brasil (OAB) e por duas vezes presidente da seccional da Ordem em Minas Gerais, Aristoteles Atheniense, fica clara a indefinição de quem é responsável pela palavra final. "Hoje a Justiça julga infidelidade partidária, mas no impeachment do governador (ex-presidente Fernando

BRUNO GONTIJO/DIVULGAÇÃO



Terra Dias: Amagis defende reforma do Judiciário

TV MINAS (BH) • 19 DE MAIO DE 2010



RÁDIO ITATIAIA (BH) • 19 DE MAIO DE 2010



Presidente concede entrevista à Rádio Itatiaia e à TV Minas sobre as condições de trabalho dos magistrados mineiros

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 7/5/2010 HOJE EM DIA - minas@hojeemdia.com.br

18 Minas PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Novos cargos no TJMG

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou, em 2º turno, em sessão extraordinária realizada ontem, o Projeto de Lei 3.501, que cria cargos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais para que seja possível a instalação de duas câmaras criadas pela Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), em 2008. A diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) acompanhou

toda a tramitação do projeto e, para seu presidente, Bruno Terra, essa é uma conquista da magistratura mineira. "Afinal, é mais um dispositivo da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), fruto de uma emenda sugerida pela Amagis, na gestão do meu antecessor, Nelson Missias, à Assembleia, que é implementado, com o foco na agilidade jurisdicional", afirmou.

DIÁRIO DO COMÉRCIO (BH) • 1 A 3 DE MAIO DE 2010



31/5/2010 14:54:04
TJMG instala câmaras de LODJ e empossa desembargadores

A diretoria da Amagis esteve presente na manhã de hoje, 27, no 1º Tribunal do Juri do Fórum Lafayette, na capital mineira, na solenidade de instalação de duas novas câmaras do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a 6ª e 7ª criminais, e na posse de oito novos desembargadores: Júlio César Lorens, Rubens Gabriel Soares, Mathews Chaves Jardim, Marcelo Eustáquio Santos, José Osvaldo Corrêa Furtado de Mendonça, Evandro Lopes da Costa Teixeira, Cássio de Souza Salomé e Wanderley Salgado de Paiva, que atuarão nas câmaras. Mais dois membros oriundos do Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil atuarão nas câmaras, os nomes ainda não foram definidos.

O ex-presidente da Amagis e atual assessor especial, desembargador Nelson Missias de Moraes, diz que esta é mais uma vitória da magistratura mineira. "A instalação dessas duas câmaras vem amenizar o excesso de trabalho das câmaras criminais. É o fruto do trabalho da magistratura, encabeçado pela Amagis, quando da elaboração da LODJ, oportunidade em que foram criadas essas câmaras. Essa é a oportunidade para que os colegas tenham ascendido na carreira e, ao mesmo tempo, para melhorar a prestação jurisdicional". Disse. Ele ainda destacou que os avanços são fruto de um trabalho coletivo. "Sinto-me particularmente feliz e emocionado com este momento, pois esses avanços, como já disse, foram resultado de trabalho coletivo na época em que presidi a Amagis, cujos resultados estão sendo colhidos agora. Já na gestão do nosso colega Bruno Terra, que não tem medido esforços para implementação da nossa LODJ. Parabéns aos promotores e parabéns a magistratura mineira por mais esta conquista", afirmou.

O assessor especial, desembargador Dorgal Andrade, também ex-presidente, disse que a promoção dos novos desembargadores pelo Tribunal de Justiça confirma a seriedade dos trabalhos da diretoria da Amagis. "A Associação foi a responsável maior pela criação no Judiciário mineiro, na LODJ, de mais quatro câmaras, sendo que duas foram instaladas hoje. Parabéns aos colegas promovidos nessa fase surgida através do trabalho coletivo e responsável da Amagis, que teve que enfrentar até proposta de ADIN tentando impedir a criação das câmaras", salientou.

Segundo o assessor especial da presidência e ex-presidente da Amagis, Reynaldo Ximenes, efetivamente foi a Associação a grande responsável pelas conquistas da magistratura obtidas por meio da LODJ, e o presidente Bruno Terra tem seguido os passos da gestão anterior para a instalação de mais duas novas câmaras criadas com o trabalho da Amagis. "Certamente o desembargador Claudio Costa (presidente eleito do TJMG) deverá iniciar as novas câmaras em breve, pois o Tribunal está com uma quantidade de serviço apreciável e não pode ficar em falta com a comunidade", comentou.

Para o presidente do TRE-MG, desembargador Sílio Borges, que foi vice-presidente Administrativo da Amagis na última gestão e atualmente é membro do conselho Deliberativo e criação das câmaras era uma necessidade, tanto que na aprovação da LODJ foram criadas quatro câmaras, e a instalação atende um reclamo antigo, pois o volume de processos no Tribunal tem aumentado a cada dia. "Fico muito satisfeito por ter presenciado a direção do Amagis que lutou pela aprovação dessa LODJ, tenho certeza que nosso trabalho influuiu muito para que a lei fosse aprovada da forma que foi", disse.

Na avaliação do diretor executivo da Escola Judiciária do TRE-MG, Luiz José do Carmo Velga de Oliveira, com a instalação das duas câmaras o Judiciário mineiro terá mais celeridade no julgamento dos processos. "Tivo em uma expectativa muito grande em termos de melhoria da prestação jurisdicional, e essas medidas são fruto da LODJ de qual a Amagis teve um papel muito importante", concluiu.

LEGISLAÇÃO / TRIBUTOS

legislacao@diariodocomercio.com.br BeLO Horizonte, sábado, 1º, a segunda-feira, 3 de maio de 2010 28

Estrutura do TJMG deve crescer

ALMG vai votar projeto de lei que autoriza a contratação de 54 servidores pelo tribunal

RAFAEL TOMAZ

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) poderá ser autorizado a contratar 54 servidores. Deverá ser votado nesta semana na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em 2º turno, o projeto de lei (PL) que autoriza a criação dos cargos que deverão atender a duas novas câmaras de julgamento no tribunal.

O PL 3.501/09, de autoria do TJMG, foi aprovado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG na última semana. De acordo com o relator do projeto, deputado José Maia

funcionários públicos de carreira.

Conforme Maia, a criação dos cargos visa dar mais agilidade ao TJMG em virtude do crescimento da demanda processual do tribunal. Ele lembrou que serão criadas duas câmaras de julgamento para atender ao crescimento do volume de processos judiciais no Estado. "Haverá mais agilidade por parte do TJMG e uma resposta melhor para a sociedade", afirmou.

A proposição define que 30 cargos serão de assessor judiciário (recrutamento amplo), dois de gerente de cartório (recrutamento amplo), dois de escrevente (recrutamento limitado) e 20 de assistente judiciário (recrutamento pleno).

Também serão criados dez cargos de desembargador, que são necessários para o funcionamento das câmaras. Mas a ampliação já estava prevista na Lei Complementar 105, de 2008.

A criação das novas câmaras deverá gerar uma despesa

anual de R\$ 5,272 milhões. O volume está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Em relação ao benefício que o projeto terá para a sociedade, não haverá grande impacto", disse.

Custo — Conforme Maia, a alteração na estrutura do TJMG com a criação dos novos cargos deverá gerar impacto financeiro anual correspondente a 0,02% da receita corrente líquida do Estado, com base no relatório de gestão fiscal de 2009. Com a aprovação do PL, o comprometimento da receita ficará em aproximadamente 5,31%, ficando abaixo do limite permitido de 6%.

De acordo com informações da ALMG, o PL foi aprovado em 1º turno com duas modificações em relação ao projeto original. Entre as emendas propostas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está a retirada do artigo 2º do PL, que determinava que o provimento dos cargos criados seria condicionado à possibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

O texto foi modificado em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal já considerar nulo o ato que provoque aumento de despesa com pessoal e não atenda às exigências constitucionais.

proposição do TJMG. O projeto tramita em regime de urgência a pedido do deputado Durval Ângelo (PT). Conforme informações da Assembleia, o requerimento atende a uma solicitação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

de escrevente (recrutamento limitado) e 20 de assistente judiciário (recrutamento pleno).

Do total de 54 cargos de provimento em comissão na secretaria do órgão, 50 serão de recrutamento amplo, o que significa que poderão ser ocupados por qualquer cidadão por meio de nomeação. O restante será de recrutamento limitado, vagas voltadas para

Também serão criados dez cargos de desembargador, que são necessários para o funcionamento das câmaras. Mas a ampliação já estava prevista na Lei Complementar 105, de 2008.

A criação das novas câmaras deverá gerar uma despesa

DIÁRIO DO COMÉRCIO

HOJE EM DIA (BH) • 27 DE MAIO DE 2010

Minas

PÁGINA 17 - BELO HORIZONTE, QUINTA-FEIRA, 27/5/2010 - minas@hojeemdia.com.br

25 mil criminosos estão soltos

Acusados de homicídio, traficantes e pessoas que devem a pensão alimentícia não são pegos pela polícia mineira

CELSO MARTINS
REPÓRTER

Minas Gerais tem 24.955 pessoas com mandados de prisão expedidos pela Justiça e que não são encontradas pela polícia. O número de foragidos representa a metade da população carcerária do Estado. Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil, o número de mandados em aberto é grande por falta de efetivo da polícia para localizar os presos. A maior parte das ordens de prisão é contra traficantes, acusados de homicídios e pessoas que devem pensão alimentícia. Os dados foram passados ao HOJE EM DIA com exclusividade.

"A polícia não procura as pessoas que estão foragidas. Isto só acontece quando o crime tem repercussão ou o mandado de prisão é contra um bandido muito perigoso", declarou o diretor de Comunicação da OAB Minas, Sérgio Rodrigues Leonardo. Segundo o jurista, há casos em que a pessoa com mandado de prisão vai a uma delegacia para retirar um documento de identidade ou é parada em

uma blitz", denunciou.

O diretor da OAB lembra ainda que não há vaga nos presídios do Estado, problema que se repete em todos os estados brasileiros.

Entre as dez maiores cidades do Estado, Paracatu, no Noroeste, tem o maior número de foragidos em relação à população municipal: um para cada grupo de 195 moradores. Segundo o Tribunal de Justiça, o município de 83 mil habitantes e 424 foragidos. Enquanto isso, em Belo Horizonte são 2.070 mandados de prisão sem cumprir, uma média de um foragido para 1.176 habitantes.

Até o final de abril de 2009 o Tribunal de Justiça de Minas tinha 30 mil mandados de prisão em aberto. Para a diretora de Comunicação da Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis), juíza Rosimere das Graças do Couto, a maioria dos mandados é de prisões temporárias e preventivas. No setor de inquéritos das 12 varas criminais do Fórum Lafayette, onde a juíza trabalha, são cerca de 26 mil processos.

OS NÃO PRESOS		
Ranking de mandados em aberto		
	População	Mandados de prisão abertos
Belo Horizonte	2.434.642	2.070
Uberlândia	622.441	1.010
Uberaba	292.377	904
Governador Valadares	261.891	808
Ipatinga	241.720	683
Contagem	617.749	506
Técio Ottoni	130.251	485
Paracatu	83.011	424
Montes Claros	358.271	397
Coronel Fabriciano	102.588	393
		Presos no Estado 50.319

FONTE: Tribunal de Justiça de Minas Gerais. EDITORIA DE ARTE

"Nos últimos anos, a polícia tem prendido mais, mas muitas pessoas que estão na lista de foragidos não são encontradas pelo fato de o endereço estar errado ou por mudarem para outro Estado", constatou.

Segundo a direção nacional da OAB, no Brasil são cerca de 350 mil foragidos da Justiça. O déficit de vagas nas prisões é de cerca de 90 mil. O advogado Bruno Marçal Aguiar, especialista em processo de pensão alimentícia, em algumas cidades, como Governador Valadares, no Leste do Estado, onde são 808 foragidos, há várias pessoas morando clandestinamente nos Estados Unidos, motivo de não terem como ser localizadas pela polícia. "Há vários mandados de prisão temporária, que valem cinco dias, acabam perdendo a validade, mas não saem do banco de dados da polícia", disse.

Entre os presos na lista de foragidos do Tribunal de Justiça de Minas está William Pereira Mota, acusado de fazer parte de um grupo de extermínio que teria matado pelo menos

30 pessoas entre 2004 e 2009 nas cidades de São José da Lapa e Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além de ajudar a matar as vítimas que deviam drcas, William Pereira é suspeito de vender armas para traficantes.

Segundo a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), em 2003 Minas tinha uma população carcerária de 23.118 presos, número que aumentou em mais de 100% atingindo a marca de 50 mil em 2010. Em 2003, a Subsecretaria de Administração Prisional dispunha de apenas 6.166 vagas em suas unidades prisionais, além daquelas oferecidas pela Polícia Civil e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac's). Com os investimentos do Governo de Minas, o número de vagas da Suap cresceu 300%.

A taxa de encarceramento em Minas subiu de 129,42 detentos por 100 mil habitantes em 2004, para 242,0 detentos por 100 mil habitantes em 2009, o que corresponde a uma elevação de 86,9%.

ENTREVISTA À TV INTEGRAÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO 28 DE MAIO DE 2010



ENTREVISTA À INTERTV, DE MONTES CLAROS 9 DE ABRIL DE 2010



Presidente da Amagis concede entrevistas aos jornalistas de Uberlândia e Montes Claros sobre o Seminário de Direito Eleitoral, realizado nas duas regiões.

ENTREVISTA DURANTE SEMINÁRIO EM UBERLÂNDIA 28 DE MAIO DE 2010



AMB (SITE) • 6 DE MAIO DE 2010



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

www.amb.com.br

6/5/2010 11:24:40

Amagis recorrerá de decisão contra magistrado mineiro

Em razão da decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessão realizada na última terça-feira, 4 de maio, que determinou ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) a remoção compulsória do juiz Carlos Pavenelli Batista, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público esclarecer que contra referida decisão ainda cabem os recursos jurídicos próprios, que serão utilizados da forma e na oportunidade facultadas em lei.

O CNJ, reconhecendo haver elementos indicativos de responsabilidade concorrente do promotor de Justiça envolvido nos fatos, decidiu encaminhar cópias necessárias para que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) adote as medidas que julgar cabíveis.

Somente com a final apreciação do Supremo Tribunal Federal (STF), de medidas judiciais pertinentes em prol das garantias e prerrogativas do magistrado, bem como do CNMP, relativamente à apuração de responsabilidade do promotor de Justiça Adalberto de Paula Christo Leite no mesmo evento, haverá definitiva solução do caso.

Nota assinada pelo presidente da Amagis, Bruno Terra Dias.

MIGALHAS (SITE) • 7 DE MAIO DE 2010

Migalhas

Sexta-feira, 7 de maio de 2010 - Migalhas nº 2.382 - Fechamento às 10h33.

MG

No último dia 4/5, o CNJ determinou a remoção compulsória do juiz de MG Carlos Pavanelli Batista, acusado de ter sacado uma arma de fogo contra o promotor de Justiça Adalberto de Paula Christo Leite, durante audiência de instrução de processo eleitoral que presidia em 2008. A Amagis esclarece que "contra referida decisão ainda cabem os recursos jurídicos próprios, que serão utilizados da forma e na oportunidade facultadas em lei".

HOJE EM DIA (BH) • 28 DE MAIO DE 2010

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 28/5/2010 HOJE EM DIA - minas@hojeemdia.com.br

Minas 27

Seminário em Uberlândia

Prestar esclarecimentos, preparar e orientar os profissionais envolvidos com o processo eleitoral, bem como a sociedade civil, para a aplicação da legislação eleitoral, por meio das resoluções

do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) editadas para as eleições de 2010 são os objetivos do Seminário Eleitoral no Triângulo Mineiro, que acontece nesta sexta-feira, em Uberlândia. Entre os palestrantes, estão o ministro do Superior Tribunal da Justiça (STJ), Fernan-

do Gonçalves, que foi ministro do TSE nos últimos dois anos; e o desembargador José Nepomuceno Silva, presidente do Conselho Deliberativo da Amagis. Serão debatidos temas como condutas vedadas a agentes públicos nas campanhas eleitorais, registro de candidatura, diplomação e nulidades, arrecadação e aplicação de recursos em campanhas, poder de polícia, propaganda eleitoral pela Internet, voto do preso provisório e abuso do poder econômico. O seminário acontece das 8 às 18 horas, no auditório da CDL, em Uberlândia.

AMB, STJ, JUSBRASIL (SITE) • 25 DE MAIO DE 2010 / VITORIOSA • 28 DE MAIO DE 2010



www.amb.com.br

25/5/2010 12:04:03

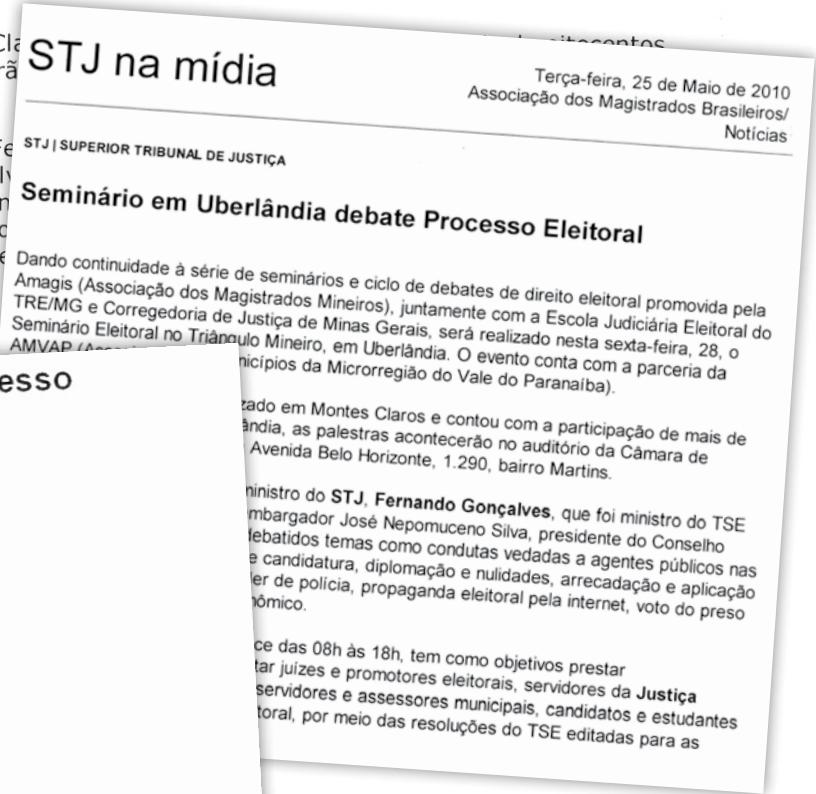
Seminário em Uberlândia debate Processo Eleitoral

Dando continuidade à série de seminários e ciclo de debates de direito eleitoral promovida pela Amagis (Associação dos Magistrados Mineiros), juntamente com a Escola Judiciária Eleitoral do TRE/MG e Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, será realizado nesta sexta-feira, 28, o Seminário Eleitoral no Triângulo Mineiro, em Uberlândia. O evento conta com a parceria da AMVAP (Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba).

Em abril, o Seminário foi realizado em Montes Claros com a participação de mais de oitocentos inscritos. Em Uberlândia, as palestras acontecerão no auditório da Câmara de Vereadores, Avenida Belo Horizonte, 1.290, bairro Martins.

Entre os palestrantes estão o ministro do STJ, Fernando Gonçalves, presidente do Conselho Superior do TSE há dois anos; e o desembargador José Nepomuceno Silva, presidente do Conselho Superior do TSE há dois anos. Serão debatidos temas como condutas vedadas a agentes públicos nas eleições municipais, registro de candidatura, diplomação e nulidades, arrecadação e aplicação do dinheiro de polícia, propaganda eleitoral pela internet, voto do preso provisório e o processo eleitoral pela internet.

O Seminário Eleitoral, que acontece das 08h às 18h, tem como objetivos preparar e orientar juizes e promotores eleitorais, servidores da Justiça Eleitoral, servidores e assessores municipais, candidatos e estudantes de Direito, por meio das resoluções do TSE editadas para as eleições municipais de 2010.



Seminário em Uberlândia debate Processo Eleitoral

Extraído de: Associação dos Magistrados Brasileiros - 20 horas atrás

Dando continuidade à série de seminários e ciclo de debates de direito eleitoral promovida pela Amagis (Associação dos Magistrados Mineiros), juntamente com a Escola Judiciária Eleitoral do TRE/MG e Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, será realizado nesta sexta-feira, 28, o Seminário Eleitoral no Triângulo Mineiro, em Uberlândia. O evento conta com a parceria da AMVAP (Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba).

[Seminário no Triângulo Mineiro trata das eleições 2010](#)
[Triângulo Mineiro recebe V Seminário Eleitoral](#)

» ver as 5 relacionadas

Em abril, o Seminário foi realizado em Montes Claros e contou com a participação de mais de oitocentos inscritos. Em Uberlândia, as palestras acontecerão no auditório da Câmara de Vereadores, Avenida Belo Horizonte, 1.290, bairro Martins.

Entre os palestrantes estão o ministro do STJ, Fernando Gonçalves, presidente do Conselho Superior do TSE há dois anos; e o desembargador José Nepomuceno Silva, presidente do Conselho Superior do TSE há dois anos. Serão debatidos temas como condutas vedadas a agentes públicos nas eleições municipais, registro de candidatura, diplomação e nulidades, arrecadação e aplicação do dinheiro de polícia, propaganda eleitoral pela internet, voto do preso provisório e o processo eleitoral pela internet.

O Seminário Eleitoral, que acontece das 08h às 18h, tem como objetivos preparar e orientar juizes e promotores eleitorais, servidores da Justiça Eleitoral, servidores e assessores municipais, candidatos e estudantes de Direito, por meio das resoluções do TSE editadas para as eleições municipais de 2010.

Seminário em Uberlândia orienta sobre a legislação eleitoral

Sex, 28 de Maio de 2010 17:02

UBERLÂNDIA – Foi realizado hoje (28), em Uberlândia, o "V Seminário Eleitoral no Norte de Minas". A intenção do evento foi esclarecer dúvidas e orientar juizes, promotores, servidores da Justiça Eleitoral, representantes e candidatos parlamentares, além de estudantes, quanto à aplicação da nova legislação eleitoral que entra em vigor nas eleições deste ano. Dentre os palestrantes do evento está o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, Fernando Gonçalves.

Saiba mais: <http://www.uipi.com.br/politica/73-local/735-uberlandia-sediara-seminario-sobre-as-eleicoes-2010>

Redação Uipi// Caroline Aleixo
Imagem: Jornal da Vitoriosa

